

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.993 - SP (2019/0173509-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

EMBARGANTE : IVERSEN JOSE GAROTTI

ADVOGADOS : LUÍS GUSTAVO DE CASTRO MENDES - SP170183

ALEXANDRE REGO E OUTRO(S) - SP165345

RODRIGO HAMAMURA BIDURIN - SP198301

EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos **IVERSEN JOSÉ GAROTTI** contra decisão que não conheceu do Recurso Especial, e, nos termos do art. 85, §§ 11 e 2º, do Código de Processo Civil de 2015, majorou em 20% (vinte por cento) a condenação em honorários advocatícios fixada na instância ordinária.

Sustenta, em síntese, equívoco na majoração dos honorários advocatícios.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (certidão de fl. 478e).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a Embargante que há omissão a ser sanada, nos termos do art. 1.022, I, do Código de Processo Civil.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i*) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii*) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii*) corrigir erro material.

No caso, observo equívoco entre a fundamentação do *decisum* e o seu dispositivo, no ponto em que se examinou a condenação em honorários recursais, de modo que os embargos de declaração merecem acolhida para sanar o vício apontado.

Com efeito, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte,

Superior Tribunal de Justiça

depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Ante o exposto, **ACOLHO** os Embargos de Declaração atribuindo-lhes excepcionais efeitos infringentes, para reconhecer indevida a majoração dos honorários recursais.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora